

EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE UMA IFES

EXPANSION OF THE PUBLIC UNIVERSITY AND INTENSIFICATION OF TEACHING WORK:
A DOCUMENTAL ANALYSIS OF AN IFES

AMPLIACIÓN DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA E INTENSIFICACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE:
UN ANÁLISIS DOCUMENTAL DE UNA IFES

Regina Celi Ferreira Lima ¹
Cássia Beatriz Batista ²

Resumo: O cenário do trabalho vem passando por modificações importantes. Desse modo, a flexibilização imposta pelo capitalismo contemporâneo interfere na vida profissional dos trabalhadores docentes. Este artigo tem o objetivo de identificar e discutir elementos, que estiveram ligados à expansão de uma universidade pública e que impactaram na intensificação do trabalho docente, ao se considerar que, a partir da expansão da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), no município de São João del-Rei- MG, houve uma precarização do trabalho docente. Este artigo foi construído a partir do recorte de uma dissertação de mestrado, segue a abordagem qualitativa e foi concretizado a partir da análise de documentos além da contribuição de autores como Sennett (2010, 2019), Antunes (2009, 2019), Antunes e Praun (2015), Lemos (2011) e Chauí (2003) entre outros. Os resultados apontam que, com a expansão da Universidade estudada, houve aumento dos compromissos acadêmicos e precarização do trabalho docente. Conclui-se que este cenário de precarização do trabalho docente pode desencadear riscos de adoecer para o profissional da educação.

Palavras-chave: Trabalho e educação, Ensino superior, Trabalho docente.

Abstract: The work scenario has undergone important changes. The flexibilization imposed by contemporary capitalism interferes in the professional life of teaching workers. Therefore, this article aims to identify and discuss elements that were linked to the expansion of a public university and that impacted the intensification of teaching work, considering that from the expansion of IFES in municipality of São João del-Rei-MG, there was a precariousness of teaching work. This article was built from the clipping of a master's thesis, follows a qualitative approach and was carried out from the analysis of documents, in addition to the contribution of authors such as Sennett (2010, 2019), Antunes (2009, 2019), Antunes e Praun (2015), Lemos (2011), and Chauí (2003) among other authors. The results show that with the expansion of the studied university, there was an increase in academic commitments and the precariousness of teaching work. It is concluded that this scenario of precariousness of teaching work can trigger risks of illness for this education professional.

Keywords: Work and education, Higher education, Teaching work.

Resumen: El escenario laboral ha sufrido cambios importantes. La flexibilización impuesta por el capitalismo contemporáneo interfiere en la vida profesional de los trabajadores docentes. Por tanto, este artículo tiene como objetivo identificar y discutir elementos que estuvieron vinculados a la expansión de una universidad pública y que impactaron en la intensificación de la labor docente, considerando que a partir de la expansión de IFES en el municipio de São João del-Rei-MG, hubo una precariedad de la labor docente. Este artículo se construyó a partir del recorte de una

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. reginalima@ufsj.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-9899-2009>

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei, Campus Dom Bosco, Minas Gerais, Brasil. cassiabeatrizb@ufsj.edu.br <https://orcid.org/0000-0002-9393-0340>.

tesis de maestría, sigue un enfoque cualitativo y se realizó a partir de un análisis de documentos, además del aporte de autores como Sennett (2010, 2019), Antunes (2009, 2019), Antunes y Praun (2015) Lemos (2011) y Chauí (2003) entre otros autores. Los resultados muestran que con la expansión de la universidad estudiada, hubo un aumento de los compromisos académicos y la precariedad del trabajo docente. Se concluye que este escenario de precariedad del trabajo docente puede desencadenar riesgos de enfermedad para este profesional de la educación.

Palabras clave: Trabajo y educación, Educación superior, Labor docente.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi construído a partir do recorte de uma dissertação apresentada ao programa de mestrado³ da Universidade Federal de São João del-Rei- UFSJ e traz considerações pertinentes acerca da expansão da Universidade e dos possíveis desdobramentos, que impactaram na saúde do profissional docente.

O universo do trabalho, com suas flexibilizações contemporâneas, a rotina da competitividade e a produtividade, acometeu o cenário da Universidade e aqueles que lá transitam em uma comunidade acadêmica. Inúmeras sensações foram despertadas a partir dessas vivências e vieram a interferir na vida do profissional docente. Assim como a academia interfere no cenário do trabalho, o cenário do trabalho interfere na academia em uma troca incessante, que movimenta o mundo, seja na educação, seja no mercado, seja nas mais variadas relações ou interações, as quais o ser humano experimenta. A carreira acadêmica suscita circunstâncias relacionadas a processos estressores, os quais podem afetar a integridade psíquica dos profissionais. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012), a

docência é considerada uma profissão estressante, podendo levar, invariavelmente, grande parte dos professores ao adoecimento mental. Independentemente do tipo de escola (pública ou privada) e do nível de ensino, esse contexto abriga inúmeros estressores psicossociais.

Esta pesquisa objetivou identificar e discutir elementos, que estiveram ligados à expansão de uma universidade pública e que contribuíram com a intensificação do trabalho docente, ao se considerar que, a partir da expansão da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) no município de São João del-Rei-MG, houve uma precarização no espaço laboral desse profissional. O estudo foi construído no formato de uma pesquisa qualitativa a partir da análise documental, quando foi realizado o levantamento de registros pertinentes, que acrescentaram credibilidade à pesquisa.

Dessa forma, torna-se oportuno indicar que a expansão da Universidade Pública Federal do município de São João del-Rei-MG trouxe, além do crescimento institucional, vivências profissionais, que impactaram na saúde do profissional docente. Nesse sentido, o artigo está organizado em quatro tópicos e nas considerações finais. A princípio, é apresentado um cenário geral acerca das mudanças no mercado de trabalho no espaço da universidade pública, seguido pela metodologia utilizada e pelo cenário da expansão da IFES do município de São João del-Rei-MG. Logo depois, é feita a problematização do impacto da expansão no

³ Este artigo foi construído a partir do recorte de uma dissertação de mestrado. Sua temática envolve o campo de trabalho atual e como essas mudanças chegaram ao trabalho docente na IFES. Foi orientado pela Professora Doutora Cássia Beatriz Batista vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei-UFSJ.

trabalho docente e conclui-se com as considerações finais.

O CENÁRIO DO TRABALHO E SUAS CARACTERÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A conjuntura do trabalho em sua dinamicidade contribui para a organização social e econômica em todo o mundo. Pode-se inferir que a classe trabalhadora é a principal engrenagem para a imensa máquina, que movimenta o capital. Antunes (2009) considera que a classe trabalhadora inclui, em sua totalidade, todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário, desde trabalhadores produtivos diretamente relacionados à mais-valia até os improdutivos, que fazem parte da lógica do capital. Para o autor, o conceito marxista de “trabalho produtivo” engloba a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Já o “trabalho improdutivo” está dissociado diretamente da produção, onde o trabalhador não produz um produto, entretanto faz parte da complexidade do “valor de uso”, que movimenta o mercado do capital.

“O fundamental não é qualificar se o trabalho é produtivo ou improdutivo, mas, sobretudo, identificar a relação social estabelecida, ou seja, onde se insere no circuito de produção e reprodução de valor” (DUARTE, 2017, p. 4). Ao se considerar que todo e qualquer trabalho está envolvido no cenário econômico do país, de forma direta ou indireta, as atividades laborais são as principais vertentes na construção e sustentação de uma sociedade, que se faz por meio do trabalho.

Devido à ampliação, flexibilização e precarização do campo de trabalho que caracteriza a contemporaneidade, Antunes (2009) argumenta que o trabalho produtivo

ganhou novo viés não apenas se caracterizando pelo trabalho manual e restrito a uma grande indústria, mas abrangendo outros espaços como pequenos comerciantes ou espaços domiciliares. Aliado a esse contexto, o trabalho improdutivo tem conquistado novos espaços como prestador de serviços nos mais variados segmentos. Seja nas instituições públicas ou privadas, tanto os trabalhadores produtivos quanto os improdutivos fazem parte da lógica do capital (ANTUNES, 2009; ANTUNES; ALVES, 2004).

Com a aprovação da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), que trata da Reforma Trabalhista, toda a estrutura de proteção ao trabalhador, que foi construída entre as décadas de 1930 e 1980, vem enfrentando um desmonte lento e gradual, caracterizando um retrocesso. A referida Lei largueia a terceirização, expande o contrato temporário e permite ao empregador abrir ações, que vão de encontro aos direitos trabalhistas, e alcança, também, o funcionalismo público e enfraquece as redes sindicais (KREIN, 2017). Nessa conjuntura, as empresas tendem a manejar a oferta de mão de obra conforme os interesses capitalistas, alicerçadas por um sistema legal, que permite a ampla exploração da força de trabalho (MANCIBO *et al.*, 2020).

Muitos direitos dos trabalhadores e deveres dos empregadores foram modificados. Nota-se que a jornada de trabalho foi alterada, indicando a possibilidade de flexibilização. Além disso, com a aprovação do contrato “zero-hora”, o trabalhador atende às demandas pontuais da empresa, sendo remunerado apenas pelas horas comprovadamente trabalhadas e sem garantia de um salário ao final do mês. Cabe destacar, ainda, a possibilidade do trabalho de mulheres grávidas e lactentes em locais com grau de insalubridade médio ou mínimo.

Esses são apenas alguns exemplos de significativas perdas no campo do trabalho, que envolve homens e mulheres de vários segmentos profissionais (MANCEBO *et al.*, 2020).

Importante salientar que, de acordo com Antunes e Praun (2015), o conceito de flexibilização envolve características multifacetadas, em que a atividade laboral ultrapassa os limites da vida privada e parte de uma estratégia para desconstruir os direitos do trabalho duramente conquistados e nas diferentes formas de exploração a partir da contratação, evento que perpassa as mais variadas atividades profissionais, sejam elas formais ou informais.

A partir da globalização e das modificações geopolíticas e tecnológicas, entre outras novas formas do saber, há uma interferência no comportamento social, que colabora para o advento de um novo indivíduo “forte, intelectual, interativo, criativo e que tenha iniciativa, versátil, flexível e que demonstre equilíbrio e competência emocional” (LIMA; LIMA-FILHO, 2009, p.8). Nessa circunstância, a incerteza de uma colocação profissional onera e violenta o trabalhador, que se torna refém da exploração da sua força de trabalho. Esse quadro colabora para uma jornada de trabalho extensa e com períodos curtos de descanso, o que pode favorecer o crescimento de acidentes.

Há um aumento das doenças laborais em todo o mundo. Com a contrarreforma, esse número tende a se intensificar no Brasil. Mediante um diagnóstico complexo, profissionais da saúde têm dificuldade em identificar o nexos causal entre adoecimento e trabalho (MANCEBO *et al.*, 2020). Assim, a complexidade do trabalho atravessa os mais variados ambientes. De forma geral, esse espaço é caracterizado pelas condições

necessárias e ideais (ou não) para que determinado trabalho seja desenvolvido. São ambientes muito particulares e que envolvem a ação humana e recursos materiais entre outros atores imprescindíveis para o seu desenvolvimento.

Mesmo considerando que nas universidades existe um alto grau de qualificação entre a maioria dos servidores e que esse ambiente seria preservado, dada às características profissionais, a academia não foi poupada das condições de trabalho precarizado. A reestruturação das universidades tem contribuído para o crescimento exacerbado do trabalho docente ao se considerar que o aumento de demandas acadêmicas não é proporcional ao número de professores, principalmente de dedicação exclusiva (BORSOI, 2012).

Lemos (2011) indica que o professor universitário é partícipe de um mundo competitivo, em que há escassez de solidariedade. Ao demonstrar fraqueza no fazer laboral, contribui para o desprestígio do professor, influenciando negativamente sua carreira. Cabe registrar, ainda, que Silva (2015) salienta que a subnotificação de adoecimento mental nos professores universitários tende a retardar o tratamento, uma vez que esse acometimento é de difícil diagnóstico psiquiátrico. Por outro lado, há dificuldade do docente em reconhecer que necessita de assistência.

A mudança no cenário econômico, advinda da contrarreforma no ano de 2016 e que se consolidou com a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), impacta no orçamento da educação, minando a base administrativa das universidades. Os cortes orçamentários atingem, diretamente, a conservação das instituições de ensino público. Em se tratando das universidades, refletem na produção e manutenção de

pesquisas, contratações terceirizadas e alterações nas atuais e futuras aposentadorias entre tantos outros efeitos, que desestruturam a administração no espaço acadêmico, podendo levar a uma “paralisia estrutural” na manutenção de seus serviços (MANCEBO *et al.*, 2020).

Nesse contexto, a universidade pública, em seu caráter autônomo, também vivencia as mudanças sociais e trabalhistas e, conseqüentemente, sofre interferências do mercado. Os índices de produtividade corroboram a necessidade de pesquisa, produção acadêmica e publicação de periódicos, que definem um *ranking* no meio acadêmico. Aliada a esse movimento, a demanda do mercado capitalista por novos trabalhadores bem preparados e em espaço curto de tempo tende a pressionar as instituições, que foram, gradualmente, modificando a estrutura acadêmica para melhor atender ao mercado, o que sugere uma significativa interferência na vida dos docentes (CHAUÍ, 2003). Tumolo e Fontana (2008) consideram que o trabalho docente se difere dos demais trabalhadores por suas especificidades. Entretanto, ao ter em conta a nova configuração de trabalho, essa categoria tende a flertar com o produtivismo. Há de se considerar, ainda, que o professor é inclinado a participar dessa trama.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa, que aqui é parcialmente relatada, se desenvolveu a partir da abordagem qualitativa com predomínio da análise documental. Esta abrange o levantamento de registros, sua verificação e a relevância de suas informações com o objetivo de acrescentar credibilidade à pesquisa. Por serem informações fixas e livres de adulteração, os dados obtidos

possuem estabilidade e não alteram as informações previamente compartilhadas pelos participantes (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011).

Nesse sentido, este texto traz uma análise de documentos, que abarcam o cenário do trabalho contemporâneo, de diretrizes, que envolvam a profissão docente e a expansão da Universidade Federal de São João del-Rei-UFSJ, destacando a reorganização da IFES alavancada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a possibilidade dessa expansão ter contribuído para a intensificação do processo laboral para o trabalhador docente. Os documentos foram analisados entre os anos de 2019 e 2021, sendo eles: Lei nº 8.112 (BRASIL, 1990), Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) (BRASIL, 1996), Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007), que instituiu o REUNI, e documentos compartilhados no *site* público da Instituição de Ensino Superior (IES) como o histórico da IFES, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e documentos disponibilizados pela Pró-reitora de Gestão de Pessoas (PROGP) disponíveis no *site* da Instituição entre outros documentos pertinentes à temática deste estudo.

O TRAJETO DA EXPANSÃO DE UMA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

O histórico desta instituição pública indica que ela foi uma das poucas criadas na década de 1980. Para tanto, foram reunidas duas faculdades na cidade de São João del-Rei-MG: a Faculdade Dom Bosco de Filosofia Ciências e Letras, em funcionamento desde 1954, e a Fundação Municipal de São João

del-Rei, provedora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e da Faculdade de Engenharia Industrial, em funcionamento desde 1972 e 1976, respectivamente, respectivamente. Dessa forma, em 18 de dezembro de 1986, por incentivo da Lei nº 7.555, foi instituída a Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei – FUNREI(UFSJ, 2020a).

No processo de sua federalização, a Instituição contava com menos de 140 docentes, apenas três doutores e 19 mestres e muitos não participavam do quadro de dedicação exclusiva. A Universidade contava com, aproximadamente, 250 técnicos e 2.000 discentes distribuídos em nove cursos de graduação. Desde o início, a IES incentivou a ampliação da qualificação para o seu quadro docente, além da busca pela estabilização dos grupos de pesquisa e implantação da pós-graduação *stricto sensu*, que eram fundamentais para sua reestruturação como universidade. Nesse cenário, a elevação daquela Instituição à Universidade foi alcançada por meio de um trabalho constante apoiado por inúmeros atores da educação, política e sociedade (IFES, 2020 a).

A Instituição permaneceu como FUNREI até 2002. Com o incentivo da Lei nº 10.425, em 19 de abril de 2002, tornou-se Universidade Federal de São João del-Rei-UFSJ (UFSJ, 2020 a). Aos poucos, a IFES foi se estruturando. Ao longo do ano de 2007, vários programas foram oportunizados pelo Governo Federal e alavancaram a expansão territorial e acadêmica da IES. Entre as oportunidades, a IFES aderiu ao Programa Expandir, já instituído pelo Ministério da Educação (MEC) em 2006, para expansão e interiorização das universidades federais, o que permitiu a criação de novos *campi*(ARAÚJO; SANTOS, 2014).

Além da criação do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), reforçado pelo programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Governo Federal, a partir do Decreto nº 5.800/2006, o objetivo é desenvolver políticas e práticas de utilização de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) aspirando à ampliação do ensino superior à distância (IFES, 2009; ARAÚJO; SANTOS, 2014).

Ainda em 2007, o Governo Federal criou o REUNI, a partir do Decreto Presidencial nº 6.069/2007, com o objetivo de instituir novas universidades públicas e expandir outras já em funcionamento. O programa de Reforma das Universidades Federais impõe condições para acesso ao financiamento, entre elas a necessidade de apresentar um plano de reestruturação e metas a serem cumpridas no prazo de cinco anos. Em seu texto o Art. 6º diz: “A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas” (BRASIL, 2007).

A IFES foi uma das universidades contempladas pelo REUNI por meio da Resolução nº 033, de 22 de outubro de 2007, e aderiu ao programa (IFES, 2007). A partir desse momento e já no primeiro semestre de 2008, implantou o programa alicerçado pelo viés político, acadêmico, estratégico e ampliado à estrutura física (IFES, 2007; ARAÚJO; SANTOS, 2014). O REUNI ganhou destaque ao projetar o acesso à expansão para as universidades públicas e a possibilidade de democratização do ensino superior. A proposta trouxe a necessidade de adequação física dos espaços acadêmicos para comportar um número crescente de alunos e servidores.

Com o apoio do REUNI, a Instituição investiu na expansão de cursos e vagas nas áreas de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, respondendo a uma demanda por formação de recursos humanos (IFES, 2020 a). A partir dessa oportunidade, houve um aumento tanto do quadro profissional docente quanto do discente, a expansão dos cursos e a implantação de laboratórios, gabinetes e salas de aula mais equipadas (IFES, 2012). Com o crescimento da IFES, outras responsabilidades acadêmicas foram construídas, requerendo maior envolvimento de tempo no trabalho empregado pelos docentes.

A partir do ano de 2007, momento em que a IFES aderiu ao REUNI, a Instituição possuía um quadro de 3.790 discentes e contava com 214 professores, sendo, aproximadamente, 17,7 alunos por profissional. Cinco anos após o início do Programa, em 2012, o quadro discente alcançou um total de 12.450 alunos, conforme aponta o documento “Plano de Desenvolvimento Institucional 2014–2018” (IFES, 2014), para um total de 640 docentes; ou seja, aproximadamente, 19,8 alunos por professor apenas para a graduação, ultrapassando, assim, a meta proposta pelo REUNI (IFES, 2018), que, em seu Art. 1º, § 1º, indicava: “O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007).

Isso porque o REUNI elenca apenas os alunos da graduação. No caso da pós-graduação, o número de alunos irá depender do programa responsável e do quantitativo de docentes vinculados a cada curso além

das vagas oferecidas por cada professor para a orientação aos alunos. As diretrizes do REUNI, à época, abrangeram diretivas para a diminuição da evasão discente e a reorganização das estruturas acadêmicas além de modificar e ampliar as modalidades da graduação (BRASIL, 2007).

Com a expansão universitária, houve crescimento das estruturas físicas: novos prédios, construção do restaurante universitário, ampliação e construção de novos laboratórios e da moradia estudantil. A gestão permaneceu sob o formato de departamentos, que, atualmente, somam 33 unidades. De 19 cursos de graduação, a Universidade passou a oferecer 53 cursos entre as modalidades diurna, noturna e educação a distância além do aumento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que, de dois cursos, passou a oferecer 34 cursos entre mestrado e doutorado, além da ampliação dos projetos de iniciação científica e de monitoria e a implantação de novos projetos como a residência pedagógica, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Educação Tutorial (PET)/CAPES entre outros projetos relevantes (IFES, 2019).

Nesse processo, o Governo Federal lançou uma Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30 de abril de 2007, na qual a proposta de crescimento do ensino relacionada ao REUNI influencia o trabalho do profissional docente de dedicação exclusiva, uma vez que a criação do “banco de professores-equivalentes” se desenhou como uma estratégia para a contratação de professores substitutos (BRASIL, 2007). A partir dessa Portaria, os professores foram separados entre os de dedicação exclusiva e os substitutos. Os primeiros assumiram inúmeras funções de ensino, pesquisa e extensão além das responsabilidades

administrativas. Já os outros foram responsáveis por algumas disciplinas da graduação. Assim, a cada docente de dedicação exclusiva que foi substituído por um temporário, compreende-se que as atribuições referentes à graduação foram direcionadas para o professor substituto. Já outras demandas acadêmicas foram redistribuídas entre aqueles professores efetivos que permaneceram na academia, acumulando, ainda mais, suas demandas. Nesse cenário, as atribuições são intensificadas, forçando a produtividade acadêmica, precarizando as condições de trabalho e, em consequência, diminuindo a qualidade do ensino (ANDES, 2007; LÉDA; MANCEBO, 2009).

O REUNI estabeleceu normas claras para um prazo de cinco, em que a meta para a conclusão da graduação deva alcançar 90% além do aumento gradual de discentes por professor até o final do prazo estabelecido. O apelo popular do Programa, que prometia o acesso à população de baixa renda nas universidades, era um dos argumentos mais fortes. Todavia, a expansão das universidades sem o recurso financeiro adequado tende a precarizar as instituições e baixar a qualidade do ensino (LÉDA; MANCEBO, 2009). Isso porque o repasse de verbas por meio do REUNI estabeleceu um prazo de cinco anos para sua duração. Após esse prazo, toda a estrutura construída, tanto física quanto de servidores, ficou mantida pela universidade sem o apoio do orçamento vinculado ao REUNI (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

O IMPACTO DA EXPANSÃO NO TRABALHO DOCENTE DA IFES

Ao se considerar a heterogeneidade do ambiente organizacional do trabalho nas universidades e para compreender a

importância dessa Instituição, faz-se necessário apresentar, brevemente, questões pontuais, que normatizam o trabalho docente.

O trabalho dos professores nas universidades é alicerçado pela Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) e pela Lei nº 8.112 (BRASIL, 1990). Considerando o espaço público de ensino superior, o efetivo de servidores se enquadra no serviço público federal. Ao ingressar nesse espaço profissional, por meio de concurso público, seu trabalho passa a ser regulamentado.

A Lei nº 8.112 (BRASIL, 1990) dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e determina competências, direitos e deveres. Essa Lei é ampla e busca contemplar direitos e deveres do servidor público federal nas mais diversas situações (BRASIL, 1990).

Para complementar as diretrizes que orientam o acesso à educação para a população e direcionar o trabalho docente, foi criada e apresentada a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), que interpõe responsabilidades do ensino em todos os seus níveis. O texto traz uma construção de responsabilidades, que alcança professores de todos os níveis educacionais. Em se tratando do trabalho docente nas universidades, a LDB apresenta, no Capítulo IV, Art. 43, a finalidade da educação superior e discorre quanto às responsabilidades sociais, que envolvem a comunidade acadêmica.

Importante ressaltar que, para a construção e manutenção do espaço acadêmico, a LDB determina que, pelo menos, 70% dos profissionais docentes do ensino superior atendam às expectativas curriculares, que envolvam títulos acadêmicos entre mestres e doutores,

dedicação exclusiva ao ensino, pesquisa e extensão, e participação em colegiados, que atendam a todas as necessidades administrativas pertinentes ao bom funcionamento das IFES entre outras atividades essenciais para a manutenção superior nesse nível de ensino (BRASIL, 1996).

A partir desse entendimento, pode-se conjecturar a complexidade da organização do trabalho, que envolve o processo educativo nas universidades, ao se considerar a heterogeneidade da organização do trabalho docente, que exige peculiaridades fundamentais para que o processo se desenvolva de forma eficaz. Nesse sentido, desde a sua federalização, a IFES, que contava apenas com três doutores e 19 mestres em um total de 140 docentes, buscou atender ao processo de expansão e às diretrizes da LDB (BRASIL, 1996) no momento em que os docentes se mobilizaram e construíram uma carreira acadêmica, que envolve titulação.

O impacto gerado pela expansão em curso na Instituição alcançou a comunidade universitária ao se considerar que houve uma ampliação dos trabalhos acadêmicos e administrativos para que esse objetivo fosse alcançado. Nesse contexto, o excesso de compromissos e tarefas acadêmicas caminhou para a intensificação do trabalho docente. A partir da ampliação da IFES, uma das opções seria pensar em uma política, que organize os departamentos a partir de unidades acadêmicas, instituições e/ou faculdades, em que departamentos afins seriam agrupados, visando a uma administração menos vertical. Porém, essa não foi uma possibilidade discutida. Dessa maneira, foram mantidos os departamentos como meio organizacional para cada área de conhecimento.

O espaço escolar/universitário não é apenas um espaço físico. É um espaço sócio-organizacional, que abriga inúmeros atores, os quais assumem uma diversidade de tarefas para que o ensino possa ser construído. Nessa perspectiva, conflitos e reequilíbrios são vividos todos os dias e relações sociais são estabelecidas (TARDIF; LESSARD, 2014). Há de se considerar que, para o ambiente acadêmico universitário, além de todas as características evidenciadas, há outras organizações primordiais ao desenvolvimento laboral dos professores. Souza *et al.* (2017) referem que a organização do trabalho docente nas universidades passou por modificações a partir da tecnologia digital e da flexibilização do trabalho, intensificando as exigências acadêmicas e os compromissos. Assim, as condições de trabalho foram se tornando precarizadas e tendem a dificultar o processo laboral.

Nesse percurso, no ano de 2002, quando a IFES aderiu ao REUNI, a proposta trouxe a necessidade de adequação física dos espaços acadêmicos para comportar um número crescente de alunos e servidores. Tonegutti e Martinez (2008, p. 15) indicam que a precarização do trabalho docente viria junto ao REUNI, uma vez que o “melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades impactou diretamente o trabalho dos docentes que ali já estavam lotados, sobrecarregando as responsabilidades acadêmicas”. Além disso, os autores referem que a proposta do REUNI interferiu, diretamente, na qualidade do ensino, pesquisa e extensão das universidades federais, não atendendo às especificidades de cada IFES e não respeitando o tempo para a implementação e adequação de cada meta proposta.

É inegável que o REUNI colaborou economicamente proporcionando a construção de vários ambientes físicos para que a expansão ocorresse. Entretanto, trouxe, também, algumas determinações, que fogem aos critérios de equilibrar expansão territorial e quadro de servidores efetivos. É preciso atentar para esse ponto, porque as determinações do REUNI dizem da necessidade de aumentar o quadro discente, no período de cinco anos, para 18 alunos de graduação por docente. A despeito de essa IFES desde o início do Programa ter atendido a esse critério, é importante ter em conta que esse mesmo docente assume compromissos com discentes da pós-graduação, encargos administrativos e compromissos de autoaperfeiçoamento, necessários à sua progressão profissional. Também, são muitos os compromissos didáticos, que não foram examinados pelo REUNI.

Pensar a relação professor/aluno apenas nesses dois atores é diminuir a dimensão do trabalho docente. Além disso, deve-se considerar a gestão educacional como parte significativa desse vínculo educacional, uma vez que, para a educação superior, há normas, acordos pedagógicos e critérios avaliativos entre outras responsabilidades, que partem da Gestão e interferem diretamente na relação professor/aluno (RONCAGLIO, 2004). Dessa forma, mediar às responsabilidades do docente na academia apenas pelo número de alunos e responsabilidades ligadas aos cursos de graduação não condiz com a realidade.

Essas mudanças refletiram nos espaços acadêmicos, pois, para a Universidade se adequar às demandas da comunidade, foi preciso ir modificando a estrutura dos cursos ofertados e as formas de saber compartilhadas, para que atendessem a

todas as pessoas. Ainda nesse sentido, foram necessários esforços empreendidos pela IFES para expandir e, assim, atender a um número crescente de discentes, seja nos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensue stricto sensu*, seja na extensão, que vai ao encontro de propostas coletivas para a comunidade.

As metas apresentadas pelo Programa não estão em concordância com padrões de qualidade do ensino superior. Elas prejudicam a autonomia universitária assegurada pela LDB em seu Art. 53, que, entre suas atribuições, indica a autonomia em criar, organizar ou extinguir cursos de graduação e programas relacionados à educação superior além de fixar os currículos pertinentes e decidir sobre os recursos orçamentários e sua melhor aplicação dentro das necessidades administrativas (BRASIL, 1996; TONEGUTTI; MARTINEZ, 2008).

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, àquela época, se posicionou:

Para alcançar sua meta global de 'elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18, ao final de cinco anos', o Decreto apresenta uma lógica produtivista e empresarial, cuja racionalidade se expressa, dentre outras, por meio das seguintes estratégias compensatórias dos limites impostos aos recursos financeiros: a. precarização do trabalho docente; b. precarização dos processos de formação; c. aumento das classes a serem atendidas por cada docente, quebra do tripé universitário a favor do ensino; d. exigência do cumprimento de metas propostas pelo REUNI, verificadas de perto e amiúde por meio de parâmetros quantitativos,

como condição para recebimento de recursos públicos; refere-se às instituições e, provavelmente, também aos próprios docentes (ANDES, 2007, p. 26-27).

A partir desse posicionamento, fica evidente que os trabalhadores docentes das IES, desde o REUNI, estão mais impactados pela lógica capitalista. Mesmo que tenham seus direitos salariais e a ocupação de um cargo efetivo por meio de concurso público, os professores, também, são submetidos ao excesso de carga horária e a atividades, que ultrapassam os compromissos relacionados ao ensino, quando são expostos a lógica do produtivismo.

A proposta da reforma universitária alavancada pelo REUNI trouxe inúmeras questões, que foram pouco discutidas e viriam a interferir na qualidade do ensino superior. Entre elas, estão:

[...] a limitação orçamentária, a subserviência diante das pressões dos organismos internacionais, a vinculação das instituições públicas de ensino superior às decisões do Ministério do Planejamento, [...] a problematização da tal proposta governamental, por considerar que seus efeitos poderão aprofundar o quadro de precariedade em que se encontram muitas instituições federais de educação (IFES), comprometer a qualidade do ensino ministrado e intensificar a exploração do trabalho docente (LÉDA; MANCERO, 2009, p. 51-52).

Pode-se observar que o REUNI colaborou com a expansão da IFES, seja na construção de novos *campi*, seja na ampliação dos cursos, seja na admissão de novos servidores. No entanto, a expansão célere trouxe muitas responsabilidades, que foram direcionadas, principalmente, ao

profissional docente, seja na sala de aula, nos laboratórios de práticas e/ou pesquisa, nos projetos de extensão e pós-graduação, além das atividades administrativas, que se intensificaram com o crescimento da Instituição.

Além disso, o REUNI não colaborou para o aperfeiçoamento do quadro de docentes efetivos e de dedicação exclusiva ao indicar que, para suprir a necessidade de completar o quadro docente, as diretrizes estabelecidas apontam a contratação de professores substitutos, que não podem assumir parte dos encargos, os quais um professor de carreira assume, como pesquisa, extensão e pós-graduação, por exemplo. Esse é mais um fator de intensificação do trabalho dos docentes de dedicação exclusiva.

A expansão da IFES ampliou seus quadros de servidores a partir do REUNI, mas a ampliação desse quadro não é suficiente para atender a tantas demandas, especialmente ao evidenciar o crescente número de alunos. Os compromissos acadêmicos são assumidos por todos, particularmente pelos docentes, que, nesse enredo, foram envolvidos pelo aumento de tarefas e compromissos, que podem extrapolar o espaço acadêmico.

Aliado a esse quadro, as universidades públicas estão enfrentando dificuldades orçamentárias, que interferem e desestruturam largos campos de pesquisa relacionados à ciência, tecnologia e inovação (MANCERO *et al.*, 2020). A constante necessidade de justificar a importância da manutenção de sua existência, enquanto instituição vinculada ao ensino, pesquisa e extensão, alimenta, diariamente, uma batalha para que não se torne obsoleta. É o engajamento de todos os docentes, técnicos e alunos que mantém essa estrutura em funcionamento.

A Lei nº 8.112 (BRASIL, 1990) em conjunto com a LDB (BRASIL, 1996) determinam compromissos e responsabilidades a serem assumidos pelo docente. Entretanto, os encargos acadêmicos intensificados pela expansão da IFES, aliados às demandas não prescritas, sobrecarregam o profissional e trazem riscos de adoecimento físico e/ou mental aos docentes. Esse último traz, para a contemporaneidade, discussões, as quais têm que ser apreendidas em um novo estudo, como, por exemplo, a interferência dos ambientes insalubres e conflituosos no espaço acadêmico e os cuidados com a saúde do professor e da professora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos trouxe importantes considerações acerca das condições, que envolveram a expansão dessa IFES ao se considerar que uma pequena universidade, em poucos anos, ganhou *status* de médio porte. Este estudo elencou modificações no campo do trabalho, que, também, impactaram as responsabilidades relacionadas ao profissional docente na Universidade.

Destaca-se que sua expansão rápida, que em parte foi oportunizada pelo REUNI, trouxe uma intensificação de trabalho para os docentes ao se considerar que esse tipo de ampliação requer profissionais com inúmeras habilidades, dedicação exclusiva e demasiado envolvimento humano para que se concretize. Nesta reflexão, pode-se inferir que, aliado à flexibilização do novo mercado de trabalho, o trabalho docente requer habilidades educacionais e administrativas entre outras especificidades necessárias para suprir as necessidades que se apresentaram

e, ainda, deve-se considerar o desenvolvimento institucional acelerado.

Nessa conjuntura, o profissional docente foi se adequando, ampliando seus espaços de trabalho e atendendo à expansão célere da IFES. O contexto apresentado sugere que a reforma trabalhista, atrelada às mudanças no mercado, interferiu, e ainda interfere, cotidianamente, nos espaços de ensino das universidades públicas e, conseqüentemente, influencia o trabalho dos profissionais docentes.

É evidente que a expansão da IFES colabora para o avançar da comunidade e é inegável que os programas de expansão oportunizados pelo Estado participaram desse processo. Contudo, a precarização do trabalho docente se juntou a esse enredo. Mudanças significativas sobrecarregam o profissional e podem trazer prejuízos à sua saúde, uma vez que o ambiente acadêmico pode ser gerador de riscos, contribuindo, assim, para a possibilidade de adoecimento laboral.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mudanças no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2019.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade [online]**, 2015, v. 0, n. 123, p.

- 407-427. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>>.
Acesso em: 13 abr. 2021.
- ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; PINHEIRO, Helano Diógenes. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, dez.2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010000400002&lng=en&nrm=iso>.
Acesso em: 4 maio 2021.
- ARAÚJO, Cristiane Belo de; SANTOS; Larissa Medeiros Marinho dos. O REUNI na opinião dos gestores de uma universidade pública. **Psicologia & Sociedade [online]**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 642-651, 2014. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300013>>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – SINDICATO NACIONAL (ANDES-SN). As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Cadernos Andes**, Brasília, n.25, p. 1-62, ago. 2007. Disponível em:
<<http://www.anped11.uerj.br/novas%20aces%20reforma%20universitaria.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2021.
- BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandes. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 22, n. 39, p. 117-138, jan./abr. 2012. Disponível em:
<<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1113.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtividade: saúde e modo de vida de

docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172012000100007&lng=pt&nrm=iso>.
Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidades Federais (REUNI). **Diário Oficial da União**:Brasília, DF, 24 de abril de 2007. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007**. Brasília, 30 de abril de 2007. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor_equivalente.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**:Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm>. Acesso em: 2 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n.24, p.5-15, dez. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>>. Acesso em: 3 maio 2020.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 291-299, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802017000200291&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 jun. 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Regimento Geral**. São João del-Rei-MG, 2005. Disponível em:<https://sig.ufsj.edu.br/sigrh/public/colegiados/anexos/RegimentoGeralDaUFSJ_UFSJ.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. Conselho Universitário. **Resolução nº 033, de 22 de outubro de 2007**. São João del-Rei-MG, 2007. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/teatro/res033consu2007_reuni.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Plano de Desenvolvimento Institucional**

2009-2018, São João del-Rei-MG, out. 2009. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pplan/pdi.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. Assessoria de Comunicação Social. **25 anos**: a UFSJ que se transformou. São João del-Rei-MG, maio 2012. Disponível em:<https://ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=3205>. Acesso em: 28 abr. 2021.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. São João del-Rei-MG, fev. 2014. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pdi/pdi_2014_2018/pdi_2014_2018.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGP)**. São João del-Rei-MG, 2017. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/manualserv/doenca_pessoa_familia.php>. Acesso em: 30 out. 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Núcleo de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida (NUPS)**. São João del-Rei-MG, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/seaps/saude_e_qualidade_de_vida.php>. Acesso em: 30 jun. 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Boletim nº 212**. São João del-Rei-MG, 16 out. 2019. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/ascom/boletim212.php>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Histórico Institucional**. São João del-Rei-MG, 2020a. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/dplag/historico_institucional.php>. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Setor de Apoio ao Servidor (SEAPS)**. São João del-Rei-MG, 2020b. Disponível

em:<<https://www.ufsj.edu.br/seaps/>>.
Acesso em: 23 jul. 2020.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR.
Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). São João del-Rei-MG, 2020c. Disponível em:<<https://www2.siapenet.gov.br/saude/portal/public/eventos/iniciarEventos.xhtml>>. Acesso em: 15 set. 2020.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social [online]**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ts/a/WBdDJRLGTC5XffZDqPTHnbs/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 17 set. 2021.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 49-64, 2009. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457/4922>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

LEMOS, Denise. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp. 01, p. 105-120, 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a08v24nspe1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciência e Cognição**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, 2009. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212009000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MANCEBO, Deise; SANTORUM, Kátia Maria Teixeira; RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa. O trabalho na educação superior. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, p. 6-24, 2020. Disponível em:<<https://doi.org/10.14507/epaa.28.5158>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho Decente**. Brasília, DF, 2012. Disponível em:<<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

RONCAGLIO, Sônia Maria. A relação professor-aluno na educação superior: A influência da educação profissional. **Psicologia, ciência e profissão**, v. 24, p. 100-111, ago. 2004. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/ygCGmbsHsYf3g9Ffr7JRt6p/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 206 p.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Tradução The craftsman. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019. 360 p.

SILVA, Eduardo Pinto e. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 61-71, abr. 2015. Disponível em:<<https://goo.gl/6XhNZU>>. Acesso em: 5 jun. 2019.

SOUZA, Jacqueline de; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antônia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfer>>

magem/article/view/5252/4469>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SOUZA, Katia Reiset *al.* A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 3667-3676, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/xjgJxyZmM4S9tnjjCF6sBSP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência com profissão de interações humanas. Tradução João Batista Kreuch. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 317 p.

TONEGUTTI, Claudio Antônio; MARTINEZ, Milena. A Universidade Nova, o Reuni e a queda da universidade pública. **Informe ANDES ON-LINE**, Brasília, DF, 13 set. 2007. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Texto%209.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2021.

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 102, p. 159-180, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/873/87314211009.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.